



REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCEIROS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¾ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado
 Camila Lacerda Couto - Especialização
 Cléo Belício Lopes - Especialização
 Daniel Flores - Pós-Doutorado
 Débora Flores - Mestrado
 Denize Brum Camargo - Graduação
 Flavia Helena Conrado - Mestrado
 Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado
 Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização
 Mateus de Moura Rodrigues - Especialização
 Raquel Miranda da Silva - Especialização
 Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado
 Rosani Gorete Feron - Especialização
 Valéria Raquel Bertotti - Mestrado
 Viviane Portella de Portella - Mestrado

Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente
 Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro
 Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro
 Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro
 Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro
 Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro
 Arquiv. Mnda. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro
 Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro
 Arquiv. Ma. Neiva Pavezi (UFSM) - Membro

Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas
Ana Célia Rodrigues - UFF
André Malverdes - UFES
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL
Aurora Leonor Freixo - UFBA
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas
Carla Mara da Silva Silva- UFAM
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq
Carlos Blaya Perez - UFSM
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG
Dhion Carlos Hedlund - FURG
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC
Eliandro dos Santos Costa - UEL
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM
Flávio Leal da Silva - UNIRIO
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA
Heloísa Liberalli Bellotto - USP
Janilton Fernandes Nunes - UFAM
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP
Josemar Henrique de Melo - UEPB
Julianne Teixeira e Silva - UFPB
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG
Marcieli Brondani de Souza - UFAM
Margarete Farias de Moraes - UFES
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL
Maria Leandra Bizello - UNESP
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES
Mateus de Moura Rodrigues - FURG
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL
Sérgio Renato Lampert - FURG
Sônia Elisabete Constante - UFSM
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP
Úrsula Blattmann - UFSC
Welder Antônio Silva - UFMG

Comissão de Apoio



Secretária

Melina Pereira

Comissão de Divulgação

Everton Tolves
Pâmela Menezes Flores
André Grendene Azevedo
Maria Eduarda Flores

Comissão de Transportes

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon
Comissão Artística
Arion Pilla

Comissão de Projetos

Jonas Ferrigolo Melo
Juliana Kirchhof
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados

Camila Medeiros
Tamiris Carvalho
Catiana Ramiro

Comissão de Infraestrutura

Adriéli Mello
Douglas Duarte

Editoração e Revisão

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



Associação dos Arquivistas do RS - AARS

Biênio 2013 - 2015

Diretoria

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1ª SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1ª TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2º TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



SUMÁRIO

Sobre o Evento.....	09
AARS.....	11
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	12
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	328
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	370
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	615
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	730
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	949
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	1121
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	1143
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	1168
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	1220

SOBRE O EVENTO

VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, conseqüentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



COMUNICAÇÕES PÔSTERES

EIXO:

**PATRIMÔNIO
DOCUMENTAL E
MEMÓRIA**

Preservando o passado para garantir o futuro: A experiência do Arquivo Geral da Faculdade de Direito do Recife

Ingrid Rique da Escóssia Pereira
Valeria D. A. Dorneles

RESUMO

Este trabalho apresenta o contexto atual e situacional em que se encontra o Arquivo Geral da Faculdade de Direito do Recife e aborda as metodologias usadas para diagnosticar e propor soluções que melhoram a guarda, a conservação e a recuperação das informações para os usuários, além de garantir a preservação da memória institucional.

Palavras-chave: Arquivo. Faculdade de Direito do Recife. Diagnóstico. Memória

INTRODUÇÃO

Toda instituição, seja ela pública ou privada, acumula documentos durante o exercício de suas atividades para comprovar os atos de seus administradores e demonstrar o cumprimento de sua missão. E essa necessidade está cada vez mais visível nas Instituições de Ensino Superior que vislumbram ter seus acervos documentais organizados e preservados de forma a facilitar a administração e a construção da memória institucional.

Não fugindo a essa regra, temos o caso da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e o seu do Centro de Ciências Jurídicas - CCJ onde encontra-se a Faculdade de Direito do Recife - FDR, que a exemplo de instituições congêneres no Brasil, acumulou imenso volume de documentos, resultando direto de suas atividades-fim.

Em agosto de 2012, a FDR, responsável por um dos primeiros cursos jurídicos do Brasil, juntamente com a Faculdade de Direito de São Paulo, completou 185 anos, o que ensejou por parte da atual direção do CCJ da UFPE a organização do seu Arquivo com o objetivo comum de preservação da memória e construção da história da FDR.

Deste modo a presente comunicação tem como objetivos apresentar o resultado do diagnóstico realizado no Arquivo Geral da Faculdade de Direito do Recife, que reuniu dados referentes ao arquivo, considerando os aspectos relativos à instituição, aos recursos materiais e humanos, ao acervo e à estrutura física; bem

como divulgar as ações realizadas pela equipe; e sugerir novas ações e melhorias de procedimentos e métodos de trabalho.

METODOLOGIA

Uma pesquisa científica deve ter como critério básico a adoção de procedimentos metodológicos e de técnicas que propiciem absoluto rigor na análise dos dados em questão. Neste trabalho, o fenômeno estudado tem como fundamento a pesquisa de campo ou empírica que, segundo Marconi e Lakatos (2008, p.188), “consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los”.

Baseado nisso, a abordagem será de cunho qualitativo, que se caracteriza como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ato social e fenômenos da realidade, buscando valorizar os aspectos qualitativos dos fenômenos, sendo um procedimento que visa interpretar as informações obtidas durante a coleta de dados, abrigoando diferentes correntes, cujos pressupostos são contrários à abordagem quantitativa e cujos métodos e técnicas de pesquisa são diferentes dos adotados nos modelos experimentais. Goldenberg (1997, p. 63) aponta que:

a pesquisa qualitativa é útil para identificar conceitos variáveis relevantes de situações que podem ser estudadas quantitativamente. [...], porém é evidente o valor da pesquisa qualitativa para estudar questões difíceis de quantificar.

Por último, para a aplicação prática do método qualitativo, iremos nos valer de dois tipos de pesquisas: uma pesquisa exploratória e descritiva. Essas definições nos fazem compreender os aspectos teóricos e práticos da pesquisa que, neste caso, busca analisar a estrutura administrativa, física, humana e de procedimentos do Arquivo Geral da FDR e sugerir melhorias levando-se em consideração parâmetros técnicos e de normas arquivísticas ergonômicos gerando um alto grau de satisfação por parte dos usuários.

DESENVOLVIMENTO

Breve histórico da Faculdade de Direito do Recife

Em 11 de agosto de 1827, por Carta de Lei do Imperador Pedro I, foram criados, simultaneamente, dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, um na cidade de São Paulo outro na de Olinda. Conhecidos como Cursos Jurídicos, o de Olinda deu origem a Faculdade de Direito do Recife, instalado no dia 15 de maio de 1828, no Mosteiro de São Bento, passando a funcionar em dependências cedidas pelos monges beneditinos. Em 1852, o Curso foi transferido para o Palácio dos Governadores, em Olinda e em 1854, a Academia transferiu-se para a Rua do Hospício, no Recife, ocupando um velho casarão. Em 1912, mudou-se para o prédio onde funciona até hoje.

A Faculdade de Direito do Recife desde os seus primeiros anos de existência atuava não apenas como um centro de formação de bacharéis, mas, principalmente, como escola de Filosofia, Ciências e Letras, tornando-se célebre pelas discussões e polêmicas que empolgavam a sociedade da época. Estudaram na Faculdade grandes nomes da história brasileira, tais como Ruy Barbosa, Clóvis Beviláqua, Castro Alves, Joaquim Nabuco, Epitácio Pessoa, João Pessoa, José Américo de Almeida, Augusto dos Anjos, Nilo Peçanha, Assis Chateaubriand, Ariano Suassuna, Paulo Freire, José Lins do Rego, entre outros.

Em 1946 a Faculdade é integrada à Universidade do Recife, criada pelo Decreto-Lei nº 9.388 de 20 de junho de 1946, juntamente com outras Faculdades e Escolas. A partir de 1965 a Universidade do Recife - UR recebeu o nome de Universidade Federal de Pernambuco - UFPE e a Faculdade de Direito do Recife - FDR passou a constituir o Centro de Ciências Jurídicas - CCJ, única unidade acadêmica instalada fora do campus universitário, havendo permanecido no prédio que desde 1912 abrigava a então FDR, denominação esta mantida por questões históricas, situado na Praça Adolfo Cirne, no centro do Recife.

O Arquivo Geral da Faculdade de Direito do Recife

Desde a criação da FDR poucas ações em relação à organização dos arquivos e a preservação dos documentos foram realizadas, sendo acumulado em seu arquivo grande volume de documentos. Conscientes da situação, a atual direção do CCJ vem se esforçando desde 2007 para a reestruturação do patrimônio da Faculdade, através da campanha “O direito passa aqui”. A iniciativa conta com

diversas ações, todas visando à mobilização social em torno da revitalização do patrimônio histórico da FDR. Uma das frentes pretende, portanto a recuperação do Arquivo mantido pela Faculdade.

Conforme diagnóstico realizado em 2012, o acervo arquivístico constituído a partir da criação da FDR foi se acumulando indiscriminadamente, gerando uma massa documental armazenada em local totalmente inapropriado. Na ocasião, verificou-se: inexistência de uma política de recolhimento dos documentos administrativos para o arquivo permanente; inexistência de uma política de eliminação de documentos desprovidos de valor; inexistência de mecanismos de controle de tramitação e de recuperação dos documentos armazenados no arquivo; problemas quanto às condições de conservação; presença de mofo, traças, brocas e sujidade; inexistência de controle de temperatura, umidade relativa e luminosidade; documentos mal acondicionados; e acervo disperso e organizado de forma empírica.

O acervo é composto de aproximadamente 302 metros lineares de documentação textual e iconográfica, incluindo mapas de apuração de notas, livros de matrícula, relatório de atividades, dossiês de alunos, certidões de idade, atas, ofícios, memorandos, pedidos de diploma, diários de classe, frequências de alunos e professores, trabalhos de conclusão de curso, provas, portarias, guias de remessa, livros de ocorrência, colação de grau, pedidos de transferência, correspondências, declarações, requerimentos, programas didáticos, históricos escolar, fotografias, entre outros. A documentação remonta ao ano de 1828, ano de instalação do curso jurídico, no mosteiro de São Bento, em Olinda. Vários documentos custodiados pelo Arquivo encontram-se sob a forma de volumes encadernados. Destes, destacam-se os manuscritos do século XIX: livros de certidão de idade, livros de matrículas e livros de colação de grau.

Servindo a administração da Faculdade, a pesquisadores, bem como ao público em geral, estes documentos constituem hoje fontes privilegiadas para construção e reconstrução contínua da memória da Instituição, dos alunos, professores e servidores, além de servir como prova legal em demandas diversas.

Hoje, o Arquivo Geral funciona no anexo II da Faculdade, localizado na Rua do Hospício, nº 619, Boa Vista. Está vinculado à Secretaria da Direção da FDR/CCJ e conta com 04 (quatro) servidoras: 01 (uma) arquivista; 02 (duas) técnicas em arquivo; 01 (uma) auxiliar em administração.

O Arquivo Geral da FDR tem como objetivos básicos assegurar condições de conservação, preservação, proteção e acesso às informações e aos documentos, na defesa dos interesses da universidade e da sociedade para a integração das diferentes fases da gestão documental, atendendo às particularidades das unidades responsáveis pela produção e custódia dos documentos e preservação da memória da universidade, para servir como referência, informação prova ou fonte de pesquisa histórica e científica.

Entre as ações realizadas com o objetivo de organizar, preservar e promover o acesso a registros arquivísticos, destacam-se: aquisição de arquivo deslizante; de um novo espaço mais amplo, com ambientes de trabalho para tratamento da documentação para o Arquivo, situado noutra prédio do anexo II; de extintores de incêndio, de termo higrômetros portáteis, e de aspirador de pó/água; de mobiliário (armários, cadeiras e mesas); de equipamentos de proteção individual - EPIs; de material de expediente; transferência de parte do acervo para o novo espaço do Arquivo Geral; reorganização física do acervo, a fim de melhorar a localização da documentação; aplicação do Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos - TTD de Arquivo relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e do Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio e a TTD de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública (em andamento); elaboração de listagem de eliminação de documentos para posterior análise e aprovação da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD/UFPE; e higienização mecânica dos assentamentos individuais dos alunos (dossiês) – bacharéis e doutores.

Sugerimos algumas ações, que consideramos importantes: Instituir padrão mínimo de adequação das instalações físicas do arquivo com as recomendações do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ; Implantar o Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos; Realizar tratamento técnico (acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração dos documentos); Equipar o arquivo com equipamentos, mobiliário, materiais permanentes e de consumo em geral; Elaborar regras de acesso, uso e circulação dos documentos; Criar de um banco de dados para recuperação da informação; Capacitar os servidores; e Melhorar o atendimento aos usuários.

CONCLUSÃO

As informações levantadas na investigação diagnóstica apontaram várias deficiências no que concerne à conservação e ao acondicionamento do Arquivo Geral da Faculdade, que prejudica a ação administrativa e o princípio de preservação e memória, assim como retarda ou impede o objetivo da visão almejada de uma instituição de excelência. Por outro lado, é perceptível a sensibilidade do corpo gestor da FDR em proceder às modificações e adequações no setor, oferecendo condições, para minimizar os problemas apresentados. A postura adotada ratifica o envolvimento e a preocupação com a preservação patrimonial.

Por fim, o Arquivo Geral da FDR tem por objetivo preservar e divulgar a memória do curso jurídico no Brasil. Para tanto, deve expor, publicar e criar formas diversas de acesso às informações, buscando dialogar com a comunidade acadêmica da própria Faculdade, com os pesquisadores das diversas áreas; bem como com os cidadãos em geral, usuários e, quem sabe, construtores do Direito.

REFERÊNCIAS

BEVILAQUA, C. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 2. ed. Brasília: INL; Conselho Federal de Cultura, 1977.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.